

Opinião

A lei da bolha

Luciano Amaral Professor universitário



O mais impressionante da entrevista do Presidente da República (PR) à RTP e ao 'Público' é ter sido um repatório exaustivo da sabedoria convencional sobre os assuntos do momento produzida pela famosa 'bolha mediática'. A maioria absoluta é fraca? 'Check'. Nem é preciso muito: as sondagens dizem-no. A oposição é fraca? 'Check'. Também vem nas sondagens. Os professores devem recuperar tempo de serviço? 'Check'. A Igreja tem estado mal na questão dos abusos sexuais? 'Check'. Os supermercados especulam nos alimentos? 'Check'. O plano da Habitação do Governo é confuso? 'Check'. O problema da TAP só foi parcialmente resolvido com a saída de Pedro Nuno Santos e dos administradores? 'Check'. Artigo atrás de estafado artigo de jornal repetem estas 'teses'. Pois o PR segue-as pelo cheiro. Isto não espanta: o PR nasceu, viveu e cresceu na bolha mediática, donde transitou para a bolha política sem conhecer as suas piores partes. Pode-se tirar uma pessoa da bolha mediática, mas não se tira a bolha mediática da pessoa.

Claro que a bolha mediática adorou, adorou, adorou a entrevista, e nem se perguntou certas coisas. Uma entrevista como esta na boca de qualquer dos anteriores PR seria um terramoto. Na boca deste, é mais

uma 'marcelada'. E depois há o facto de o PR ser ele próprio parte daquilo que analisa/crítica. A maioria é 'requeitada' e 'cansada'? Pois, mas é sua filha, que dissolveu o parlamento quando nada constitucionalmente o obrigava a tal. Houve pânico à época de que viesse aí um período de instabilidade. Sabiamente, o povo resolveu isso, mas teve de recorrer à tal maioria requeitada. A posição da Igreja é uma 'desilusão'? Pois, mas o PR foi dos primeiros a desvalorizar os resultados da Comissão, com as suas declarações ignóbeis sobre o número de casos.

A Constituição é parcimoniosa na descri-

Uma entrevista como esta na boca de qualquer dos anteriores PR seria um terramoto

ção das funções do PR. O PR fica algo fora dos típicos três poderes (executivo, legislativo e judicial). É uma espécie de quarto poder (poder moderador), exercido muitas vezes pelo uso da palavra em público. O desempenho do cargo está, pois, sujeito a interpretação do ocupante temporário. Num país em que a economia e o Estado Social se desfazem, é pena que a interpretação só dê para servir de câmara de ressonância da opinião publicada e não para coisas mais decisivas.